



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - V.2.9

### 1. OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto o registro de preços parâmetros alimentícios básicos.

1.2. O fiscal indicado para acompanhamento da ata de registro será Adriana da Costa, inscrito na Matrícula nº 328383.

O fiscal do contrato será designado formalmente por ato administrativo, com atribuições definidas nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Prazo de vigência do registro: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nas formas da Lei, a critério do Município e com a anuência da detentora da ata de registro, mediante termo aditivo, até o limite previsto na lei.

### 2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS

2.1. Este processo pauta-se na Classificação para aquisição de:

a) **Bens de Consumo.**

2.2. A classificação do objeto e a escolha do tipo de contratação foram realizadas conforme critérios técnicos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. A aquisição de gêneros alimentícios básicos, conforme descrito no item anterior, fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar, que evidenciou a necessidade contínua de fornecimento de alimentos essenciais para atender às demandas dos serviços vinculados à Secretaria.

O levantamento realizado demonstrou que tais itens são indispensáveis para a manutenção das atividades regulares, especialmente no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social assistidas pelos equipamentos públicos, como CRAS e CREAS. Constatou-se ainda que a interrupção do fornecimento desses gêneros comprometeria diretamente a execução das ações socioassistenciais, impactando negativamente a segurança alimentar dos usuários.

O Estudo Técnico Preliminar também apontou que a aquisição por meio de processo licitatório se apresenta como a solução mais vantajosa para a Administração, garantindo economicidade, padronização dos produtos e regularidade no abastecimento, além de observar os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Dessa forma, justifica-se a contratação pretendida como medida necessária para assegurar o pleno funcionamento dos serviços ofertados e o atendimento adequado à população beneficiária.

### 3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. A presente aquisição de gêneros alimentícios básicos justifica-se pela necessidade de suprir a demanda das diversas Secretarias Municipais, garantindo o atendimento contínuo aos usuários dos serviços públicos. Os itens são indispensáveis para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Assistência Social, bem como para atender demandas de outras Secretarias, como Saúde, Educação e demais setores da Administração Pública que





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

necessitam de apoio alimentar em suas ações e programas. A contratação visa assegurar a oferta regular desses produtos, evitando a interrupção dos serviços e garantindo melhores condições de atendimento à população.

- 3.2. A Administração analisou a possibilidade de realizar a contratação com restrição a fornecedores locais e/ou regionais para a aquisição de gêneros alimentícios básicos. No entanto, decidiu-se por não adotar essa limitação, permitindo a ampla participação de fornecedores, a fim de garantir maior competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Tal decisão fundamenta-se na necessidade de ampliar a competitividade do certame, garantindo a isonomia entre os licitantes e possibilitando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que o objeto poderá ser executado por fornecedores de qualquer localidade, desde que atendam às exigências estabelecidas no edital e assegurem a entrega dos produtos dentro dos prazos e condições definidos, não havendo prejuízo à execução contratual.
- 3.3. Para a definição do valor estimado da aquisição de gêneros alimentícios básicos, foi aplicado o método estatístico da média aritmética simples, calculado a partir dos valores obtidos nas cotações realizadas com fornecedores do ramo. A adoção desse método tem como finalidade garantir maior equilíbrio e coerência na formação do preço de referência, considerando as variações do mercado e assegurando a economicidade na utilização dos recursos públicos. Assim, o valor médio obtido representa uma estimativa justa e compatível com os preços praticados, atendendo aos princípios da administração pública, especialmente os da eficiência e da transparência.
- 3.4. As pesquisas foram realizadas com fornecedores que participam de processos licitatórios junto a administração pública.
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).
- 4.1. Este Termo de Referência fundamenta-se integralmente no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que originou este processo, o qual se encontra devidamente anexado aos autos, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, atendendo às diretrizes de planejamento, análise de viabilidade e caracterização do interesse público envolvido.
- 4.2. Sempre que possível e economicamente viável, os produtos adquiridos deverão observar critérios de sustentabilidade, conforme art. 11, IVº, da Lei nº 14.133/2021, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis ou que minimizem impactos ambientais.

## 5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. As especificações e os quantitativos dos materiais a serem adquiridos são:

Item	Und.	QTD	Discriminação do item	Preço Máximo Unitário	Preço Máximo total
------	------	-----	-----------------------	-----------------------	--------------------





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

1	Cx	3165	Chá mate - ingredientes: folhas e talos de mate tostados. O produto deve apresentar rendimento de 1 litro de infusão para 13,5 a 18 gramas. Embalagem de 250 gramas, sendo a embalagem primária plástica e secundária em caixa de papelão. Prazo de validade mínimo de 10 meses no ato da entrega do produto.	R\$ 9,60	<b>R\$ 30.384,00</b>
2	pct	100	Macarrão espaguete com ovos, nº 08, massa de sêmola com ovos - ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum e cúrcuma. Embalagem plástica de 500g. Validade mínima de 11 meses no ato da entrega.	R\$ 4,78	<b>R\$ 478,00</b>
3	pt	1145	Manteiga extra com sal. Ingredientes: creme de leite pasteurizado, cloreto de sódio e fermento lácteo. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega. Embalagem mínima de 200g.	R\$ 23,69	<b>R\$ 27.125,05</b>
4	pct	540	Amendoim em grão cru, descascado - ingrediente: amendoim descascado. Subgrupo selecionado, classe médio, tipo 1. O produto não deve apresentar sujidades, umidade ou bolor. A embalagem deve estar intacta, bem vedada. Deve conter data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 10 meses no ato da entrega. Conter selo de qualidade ABICAB. Em embalagem de polietileno, contendo 500 gramas.	R\$ 5,35	<b>R\$ 2.889,00</b>
5	pt	135	Adoçante natural não calórico, líquido, que contenha na composição glicosídeos de steviol. Não conter edulcorantes artificiais: ciclamato, sacarina, acessulfame-k, etc. Frascos de 60 a 80mL. Apresentar identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 12 meses da data da entrega.	R\$ 8,41	<b>R\$ 1.135,35</b>
6	pct	400	Aveia em flocos finos. Embalagem plástica de polietileno, transparente, resistente, com solda reforçada, original de fábrica com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega, rotulagem de acordo com a legislação. Embalagem de 400 a 500g.	R\$ 6,56	<b>R\$ 2.624,00</b>
7	pct	520	Farinha de milho, flocada, amarela sem sal. Em embalagem plástica transparente com identificação do produto, data da embalagem, prazo de validade mínima de 06 meses na data da entrega do produto - embalagem de 500 g.	R\$ 4,74	<b>R\$ 2.464,80</b>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

8	pct	460	Pão Sem Glúten e Sem Leite, pronto para consumo. Elaborado com ingredientes isentos de glúten e leite, elaborado à base de farinhas e/ou amidos naturalmente isentos de glúten, como farinha de arroz, fécula de batata, amido de milho, polvilho doce e /ou azedo, entre outros. Pode conter óleo vegetal, açúcar, sal, fermento biológico, goma xantana e demais aditivos permitidos pela legislação vigente. Não conter glúten, leite e seus derivados, corantes e conservantes artificiais, aromatizantes artificiais e gorduras trans. Embalagem mínima de 200g. Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega. Deve constar, de forma clara e visível: NÃO CONTÉM GLÚTEN, NÃO CONTÉM LEITE, Lista completa de ingredientes e tabela nutricional; data de fabricação e validade.	R\$ 19,61	<b>R\$ 9.020,60</b>
9	pct	1100	Bebida Láctea Fermentada com Preparado de Fruta sabor Morango. INGREDIENTES: Leite reconstituído semidesnatado e/ou leite pasteurizado integral, preparado de morango (água, xarope de açúcar, amido modificado, açúcar, morango, cálcio (fosfato tricálcico), aromatizantes, acidulante ácido cítrico, espessante goma guar, corante natural carmim e conservador sorbato de potássio), soro de leite reconstituído, xarope de açúcar e fermento lácteo. Acondicionado em embalagem plástica atóxica com capacidade de 900ml, com registro de inspeção – SIF. Prazo de validade 45 dias no ato da entrega.	R\$ 6,05	<b>R\$ 6.655,00</b>
10	Pct	1030	Biscoito sabor chocolate com malte isento de lactose e livre de transgênicos: O produto deverá ser fabricado isento de lactose e livre de transgenia, elaborado a partir de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, água, gordura vegetal, cacau em pó, malte, fermento químico/bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, sal, aroma idêntico ao natural de cacau com baunilha e outros ingredientes permitidos pela legislação desde que devidamente declarados no rótulo. O biscoito final deverá apresentar aspecto e cor característicos, além de odor e sabor próprios e compatíveis com a sua categoria. O produto deve estar totalmente isento de sujidades, parasitas	R\$ 13,98	<b>R\$ 14.399,40</b>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

			e larvas, conforme a resolução rdc nº 623 de 09/03/2022 - Anvisa/ms. Pacotes de 400 a 500 gramas. Embalagem primária: saco plástico laminado metalizado atóxico hermeticamente fechado. Embalagem secundária: caixa de papelão. Características físico-químicas em 30 g: proteínas mínimo de 2 g; gordura total máximo 3,5g; gordura saturada máximo 1,7 g; isento de gordura trans.; fibra alimentar mínimo 1,0 g; sódio máximo 110 mg. Prazo de validade do produto na data de entrega: mínima de 08 meses.		
11	Pct	1030	Biscoito sabor maçã com canela isento de lactose e livre de transgênicos: O produto devera ser fabricado isento de lactose e livre de transgenia, elaborado a partir de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, água, fermento químico/bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, sal, aroma idêntico ao natural maçã e canela, outros ingredientes permitidos pela legislação desde que devidamente declarados no rótulo. . O biscoito final deverá apresentar aspecto e cor característicos, além de odor e sabor próprios e compatíveis com a sua categoria. O produto deve estar totalmente isento de sujidades, parasitas e larvas, conforme a resolução Rdc nº 623 de 09/03/2022 - Anvisa/ms. pacotes de 400 a 500 gramas. Embalagem primária: saco plástico laminado metalizado atóxico hermeticamente fechado. Embalagem secundária: caixa de papelão. Características físico-químicas em 30 g: proteínas mínimo de 2 g; gordura total máximo 3,5g; gordura saturada máximo 1,5 g; isento de gordura trans.; fibra alimentar mínimo 0,5 g; sódio máximo 140 mg. Prazo de validade do produto na data de entrega: mínima de 08 meses.	R\$ 13,75	R\$ 14.162,50
12	Pct	1090	Biscoito sabor polvilho com coco isento de lactose e livre de transgênicos: O produto deverá ser fabricado isento de lactose e livre de transgenia, elaborado a partir de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal,	R\$ 14,00	R\$ 15.260,00







# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

			<p>água, ovo, coco ralado, polvilho doce, sal, fermento químico/bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aroma idêntico ao natural e outros ingredientes permitidos pela legislação desde que devidamente declarados no rótulo. O biscoito final deverá apresentar aspecto e cor característicos, além de odor e sabor próprios e compatíveis com a sua categoria. O produto deve estar totalmente isento de sujidades, parasitas e larvas, conforme a resolução rdc nº 623 de 09/03/2022 - anvisa/ms. Pacotes de 400 a 500 gramas. Embalagem primária: saco plástico laminado metalizado atóxico hermeticamente fechado. Embalagem secundária: caixa de papelão. Características físico-químicas em 30 g: proteínas mínimo de 2 g; gordura total máximo 3,5g; gordura saturada máximo 1,7 g; isento de gordura trans.; fibra alimentar mínimo 0,5 g; sódio máximo 140 mg. Prazo de validade do produto na data de entrega: mínima de 08 meses.</p>		
13	pct	1030	<p>Biscoito tipo maisena integral isento de lactose e livre de transgênicos: O produto deverá ser fabricado isento de lactose e livre de transgenia, elaborado a partir de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, açúcar, gordura vegetal, fécula de mandioca, ovos, açúcar invertido, gordura em pó, fermento químico/ bicarbonato de sódio, estabilizante/pirofosfato ácido de sódio, sal, aroma idêntico ao natural. O biscoito final deverá apresentar aspecto e cor característicos, além de odor e sabor próprios e compatíveis com a sua categoria. O produto deve estar totalmente isento de sujidades, parasitas e larvas, conforme a resolução Rdc nº 623 de 09/03/2022 - Anvisa/ms. Embalagem primária: saco plástico laminado metalizado atóxico hermeticamente fechado. Embalagem secundária: caixa de papelão. Características físico-químicas em 30 g: proteínas mínimo de 1,8 g; gordura total máximo 4,5g; gordura saturada máximo 1,8 g; isento de gordura trans.; fibra alimentar mínimo 0,3 g; sódio</p>	R\$ 9,43	R\$ 9.712,90





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

			máximo 6 mg. Prazo de validade do produto: 08 meses na data de entrega.		
14	pct	3050	<b>COTA ME/EPP</b> - Café Torrado e Moído - Extraforte, 500 g: Grãos 100% arábica ou 70% arábica e 30% conilon, tipo 8, selo ABIC, bebida dura/riada, isento de impurezas. Validade: 10 meses.	R\$ 28,00	<b>R\$ 85.400,00</b>
15	pct	9150	<b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b> - Café Torrado e Moído - Extraforte, 500 g: Grãos 100% arábica ou 70% arábica e 30% conilon, tipo 8, selo ABIC, bebida dura/riada, isento de impurezas. Validade: 10 meses.	R\$ 28,00	<b>R\$ 256.200,00</b>
15	pct	430	Farinha sem glúten, obtida pela mistura de fécula de mandioca, farinha de arroz, amido de milho, farinha de soja, açúcar, sal, podendo conter outros ingredientes, desde que não descaracterizem o produto, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Isento de sujidades e materiais estranhos de qualquer natureza, não deve conter glúten e corantes artificiais. Não deve conter: glúten, produtos derivados de trigo, centeio, cevada aveia, leite, corantes e aromatizantes artificiais. Embalagem de 400 a 500 gramas, em polietileno, flexível, atóxico, resistente e transparente. Validade mínima de 6 meses na data da entrega do produto.	R\$ 15,48	<b>R\$ 6.656,40</b>
16	pct	1820	Fermento Biológico Seco Instantâneo, 10 g: Saccharomyces cerevisiae e emulsificante monoestearato de sorbitana. Sódio: Máximo de 20 mg em uma porção de 10 g. Validade: Mínima de 20 meses no ato da entrega.	R\$ 0,67	<b>R\$ 1.219,40</b>
17	pct	210	Leite em Pó Instantâneo Integral Zero Lactose, 300 g: Leite integral, enzima lactase e emulsificante lecitina de soja. Validade: Mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	R\$ 23,31	<b>R\$ 4.895,10</b>
18	pct	840	Tempero – Adobo Uruguaio, desidratado, acondicionado em sacos de polietileno, embalagem de 100g, com data de fabricação e validade. Composição Básica: Mistura de ervas e especiarias desidratadas, devendo conter	R\$ 17,80	<b>R\$ 14.952,00</b>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

			obrigatoriamente: cebola, alho, salsa, cebolinha, tomate, orégano, manjeriço, pimentão e louro em pó. Sem adição de sal (sódio) e sem açúcar. Produto em flocos ou granulado, seco, com cor, cheiro e sabor característicos, sem sinais de umidade ou mofo. Livre de glutamato monossódico (MSG), conservantes ou corantes artificiais. Livre de glúten.		
--	--	--	--	--	--

5.1.1. Todo produto solicitado deverá ser entregue, descarregado e acondicionado no local especificado na nota de empenho.

5.2. A garantia dos produtos/serviços será de: 12 (doze) meses.

5.3. Não será exigida garantia de execução contratual, conforme análise de risco e oportunidade da Administração.

5.4. Quanto aos critérios de exequibilidade:

*“Lei 14.133/2021, e Decreto Municipal 113/2025 que regulamenta os critérios da exequibilidade.*

*Serão desclassificadas as propostas que:*

*[...]*

*Considera-se inexecutável a proposta que apresentar um preço:*

*I - inferior a 75% da média aritmética dos preços das propostas válidas apresentadas na licitação (No caso de obras e serviços técnicos de engenharia);*

*II - inferior a 50% do valor estimado pela Administração, conforme pesquisa de mercado ou orçamento base (No caso de bens de consumo e serviços comuns);*

*III - com custos de execução que não sejam compatíveis com o objeto licitado, conforme parecer técnico da Administração.*

*§ 2º O licitante cuja proposta for considerada inexecutável poderá ser convocado a justificar a viabilidade econômica e financeira de sua proposta, apresentando documentos que comprovem a exequibilidade do valor ofertado, incluindo, mas não se limitando a, planilhas detalhadas, acordos com fornecedores ou estudos técnicos.*

*Art. 2º Caso o licitante não consiga justificar a exequibilidade da sua proposta, ela será desclassificada, conforme o item III do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras sanções previstas em edital ou contrato.”*

5.5. Será assegurado ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa na etapa de comprovação da exequibilidade da proposta, conforme art. 1º, §2º do Decreto Municipal 113/2025.

## 6. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

6.1. Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez).



Av. Presidente Bernardes, nº 809, Centro, CEP 86.600-067

FONE: (43) 3255-8600 FAX: (43) 3255-8624

www.rolandia.pr.gov.br



Prefeitura de  
Rolândia





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

6.2. A ser entregue nos seguintes endereços conforme solicitado no empenho:

Secretaria de Assistência Social – Rua Estilac Leal, nº 670.

Agência do trabalhador – SINE

Avenida Romário Martins, 1017 - Almoxarifado

Secretaria de Saúde - Rua Duque de Caxias, 331

Rua Alzira Tiburski, 102 - Caps Ad

Rua Guimarães Rosa, 94 - Caps Infantil

Rua Sankiti Hasegawa, 310 - Caps II

Secretaria Geral - Rua Presidente Berneardes, 809 centros

Almoxarifado da Secretaria de Saúde: Av. Romário Martins, 1017 Centro - Rolândia.

6.3. Todos os locais de entrega estão listados no arquivo LISTA DE LOCAIS DE ENTREGA MUNICIPAIS, disponibilizado no site do Município de Rolândia através do link: <https://www.rolandia.pr.gov.br/pagina-site-submenu/147>.

6.4. Toda Mercadoria entregue deverá ser entregue no local indicado na nota de empenho, e descarregada, acondicionada e acomodada no local apontado pelo responsável pelo recebimento.

## 7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

## 8. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

- Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
- Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
- Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
- Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
- O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
- Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o município.
- A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
- A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
- Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
- O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
- Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
- Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
- Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
- Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
- A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
- A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo – ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

## 9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- Promover o pagamento de acordo com o Instrumento hábil de formalização da contratação pré-estabelecido;



Av. Presidente Bernardes, nº 809, Centro, CEP 86.600-067

Fone: (43) 3255-8600 Fax: (43) 3255-8624

[www.rolandia.pr.gov.br](http://www.rolandia.pr.gov.br)



Prefeitura de  
Rolândia



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou da entrega do produto;
- Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços e demais informações necessárias para a correta execução do fornecimento.
- Fazer o devido acompanhamento e fiscalização do objeto licitado.

## 10. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
- Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
- Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
- Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
- As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
- Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
- O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
- A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
- Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispões Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
- Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
- Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
- A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

## 11. DA AMOSTRA

- O vencedor provisório do procedimento licitatório deverá apresentar amostra dos produtos a serem fornecidos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à sessão, conforme especificações deste Termo de Referência.
- Caso o vencedor provisório não apresente a amostra dentro do prazo estabelecido, sua proposta será desconsiderada para fins de julgamento, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis, conforme disposto no item 12 deste Termo.
- Após o prazo de apresentação das amostras, não será permitida a entrega das mesmas.
- As amostras serão avaliadas por servidor(es) efetivo(s) da Secretaria de Assistência Social do Município de Rolândia, designado(s) pelo respectivo servidor(a):

Juliana Emilia Monteiro Bueno – CPF: 055.449.009-90

- Os servidores designados para a análise terão o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para avaliação e emissão do parecer.
- As amostras deverão ser entregues na Secretaria de Assistência Social, situada à Rua Estilac Leal, nº 670, Centro, no município de Rolândia/PR, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação pelo fornecedor, no horário das 11h às 17h, devendo atender às especificações deste Termo de Referência.
- A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, endereço, contato, responsável e número do item no edital.
- As amostras deverão estar em conformidade com as especificações do edital e acompanhadas de ficha técnica do produto e cópia autenticada da Licença Sanitária do fornecedor/representante. Caso seja dispensado da Licença Sanitária, deverá ser apresentado documento comprobatório da dispensa.
- As amostras deverão conter etiqueta com o número do pregão, número do item e nome da licitante, não devendo estar sobreposta às informações do fabricante, número de registro (quando aplicável), prazo de validade ou outras informações essenciais do rótulo.
- Os rótulos das embalagens deverão ser resistentes ao manuseio, com informações impressas de forma clara, legível e sem rasuras, contendo:
  - I. Identificação do produto (nome e marca), composição e informações nutricionais;
  - II. Nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, número do lote e número de registro no órgão competente, quando aplicável.
- As embalagens devem estar íntegras. Não serão analisadas amostras com prazo de validade vencido, embalagens violadas ou em condições que comprometam a inocuidade do alimento, bem como aquelas com armazenamento ou transporte inadequados.
- As embalagens de transporte devem apresentar as condições adequadas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, entre outros).







# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- O resultado das avaliações será divulgado no site oficial do município, no respectivo processo.
- Fica facultada a participação de interessados em acompanhar a entrega e/ou a análise das amostras, mediante prévia manifestação, para que seja providenciado espaço físico adequado.
- Para efeito de avaliação, serão consideradas as especificações, características técnicas, medidas e laudos, conforme este Termo de Referência.
- A proponente vencedora deverá apresentar, juntamente com a amostra, a ficha técnica do produto, com registro na ANVISA, e os laudos exigidos neste Termo de Referência.
- Será tolerada variação dimensional nas medidas externas especificadas para os produtos objeto do presente certame, desde que respeitadas as medidas mínimas estabelecidas no item.
- Em caso de rejeição da amostra, será assegurado ao licitante o direito à contraprova, garantindo o contraditório e a ampla defesa. O prazo será de 48 (quarenta e oito) horas para protocolar recurso no sistema oficial do município. Após o protocolo, o licitante deverá encaminhar laudo técnico da amostra, emitido por laboratório de reconhecida especialização, juntamente com nova amostra do mesmo produto, para realização de nova análise e confronto dos resultados.
- A rejeição do item será devidamente fundamentada.
- Respeitados os prazos, caso a amostra seja rejeitada, o licitante será desclassificado. O corpo técnico avaliador examinará a proposta do licitante subsequente e solicitará amostra dos itens, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação. O procedimento será repetido sucessivamente até a aprovação da amostra.
- As amostras entregues para avaliação não serão devolvidas.
- O presente processo licitatório será adjudicado e homologado somente após a conclusão da análise das amostras.
- Todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento das amostras, serão de responsabilidade do LICITANTE, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- Considerando a necessidade de apresentação de laudo após a análise das amostras, será utilizado o modelo constante nos anexos da Instrução de Procedimento nº 03/2023, documento “MODELO DE LAUDO – MATERIAL DE CONSUMO E BENS”, conforme segue:

LAUDO TÉCNICO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS N.º \_\_\_\_ / 202 \_\_\_\_.

PREGÃO \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_ / 202 \_\_\_\_.

## ANÁLISE DAS AMOSTRAS APRESENTADAS

Relata as impressões acerca das amostras apresentadas pelas empresas vencedoras do  
Certame - Pregão \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_ / 202\_\_\_\_que teve por objeto  
“ \_\_\_\_\_ ”.

Os servidores abaixo assinado, conforme descritos no processo administrativo relativo ao  
pregão acima citado, na condição de responsáveis pela análise das amostras, no uso de  
suas atribuições, apresenta a seguir o resultado da análise das amostras,  
empresa: \_\_\_\_\_, CNPJ. N.º \_\_\_\_\_

## DESCRIÇÃO:

LOTE 0X – ITEM XX: (descrição do Item)

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de parecer de análise da amostra apresentada pela empresa



Av. Presidente Bernardes, nº 809, Centro, CEP 86.600-067

FONE: (43) 3255-8600 FAX: (43) 3255-8624

www.rolandia.pr.gov.br



Prefeitura de  
Rolândia





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

\_\_\_\_\_, CNPJ. N.º \_\_\_\_\_ referente  
aopregão \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ / 2.02\_\_\_\_, cujo objeto é “ \_\_\_\_\_ ”

A seguir, fotos das amostras apresentadas:

LOTE 0x – ITEM 0x

FOTO DA AMOSTRA

## 1-Critérios de avaliação das amostras:

A) Diluição instantânea com água à temperatura ambiente:

( ) sim ( ) não

B) Diluição instantânea com outros tipos de bebidas e/ou alimentos:

( ) sim ( ) não

C) Palatabilidade:

( ) tolerável ( ) intolerável

obs: para o critério de palatabilidade serão levados em conta a condição para a qual se destina.

D) Homogeneização da solução após 15 minutos da sua reconstituição:

( ) sim ( ) não

E) Perfusão:

( ) satisfatória ( ) insatisfatória

F) Informações do rótulo:

Legíveis: sim ( ) não ( )

Resistente ao contato/manuseio: sim ( ) não ( )

A apresentação de amostras poderá ser dispensada, mediante decisão motivada da Administração demandante, para marcas e modelos que:

- I. Já tenham sido objeto de avaliação técnica formal e satisfatória em procedimentos administrativos anteriores, no âmbito deste Município ou de outros entes da Administração Pública, desde que exista registro documental idôneo que comprove a conformidade do produto com as especificações técnicas exigidas; ou
- II. Sejam reconhecidos como de notória qualidade, entendidos como produtos de primeira linha, de padrão elevado e de amplo conhecimento e aceitação em âmbito nacional, com histórico comprovado de desempenho adequado e compatibilidade objetiva com as especificações técnicas do instrumento convocatório.
- III. Para da dispensa da apresentação de amostras das marcas ofertadas pelos proponentes, o Município deverá emitir justificativa técnica formal, devidamente motivada e, quando for o caso, instruída com documentação comprobatória idônea, que demonstre o enquadramento do produto em uma das hipóteses previstas nos incisos I ou II, a qual integrará o processo administrativo para fins de controle interno e externo.
- IV. A dispensa da apresentação de amostras não afasta a responsabilidade do fornecedor quanto à integral conformidade do produto fornecido, permanecendo este sujeito à fiscalização, ensaios, rejeição do material e aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- V. O Município reserva-se o direito de exigir a apresentação de amostra a qualquer tempo, inclusive para marcas e modelos enquadrados nos incisos I e II, sempre que houver alteração de modelo, de processo produtivo, de especificações técnicas, ou quando, mediante decisão técnica motivada, entender necessário para a proteção do interesse público.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- 7 - A apresentação de amostras poderá ser dispensada, mediante decisão motivada da Administração demandante, para marcas e modelos que:
- I - já tenham sido objeto de avaliação técnica formal e satisfatória em procedimentos administrativos anteriores, no âmbito deste Município ou de outros entes da Administração Pública, desde que exista registro documental idôneo que comprove a conformidade do produto com as especificações técnicas exigidas; ou
  - II - sejam reconhecidos como de notória qualidade, entendidos como produtos de primeira linha, de padrão elevado e de amplo conhecimento e aceitação em âmbito nacional, com histórico.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. O licitante e o contratado que incorrerem em infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal n 505/2025, estarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo mínimo de 03 (três) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
- V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos.

V.a) As sanções previstas nas alíneas “I”, “II”, “III” e “IV” poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao contratado.

V.b) A advertência será aplicada em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação ou da contratação.

V.c) A multa, de 0,5% (cinco décimos por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, será aplicada ao responsável por infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/21. Será aplicada nos seguintes casos:

- I) Causar a inexecução parcial do contrato;
- II) Causar inexecução parcial do contrato com grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Causar inexecução total do contrato;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- V) Não manter a proposta, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;
- VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado no prazo de validade da proposta;
- VII) Provocar atraso injustificado na execução ou entrega do objeto da licitação;
- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou durante a execução do contrato;
- IX) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) Comportar-se de maneira inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar a licitação;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

XII) Cometer atos lesivos previstos no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 06 (seis) anos, será aplicada a quem:

- I) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato após ser adjudicado;
- II) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- III) Apresentar documentação falsa;
- IV) Provocar atraso injustificado na execução do contrato;
- V) Não manter a proposta;
- VI) Fraudar ou falhar na execução do contrato;
- VII) Comportar-se de modo inidôneo;
- VIII) Cometer fraude fiscal.

12.3. O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e o descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos, será aplicado a quem:

- I) Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público ou a terceiro relacionado;
- II) Financiar ou patrocinar a prática de atos ilícitos previstos na Lei;
- III) Utilizar pessoa física ou jurídica interposta para ocultar interesses ou beneficiários dos atos ilícitos;
- IV) No contexto de licitações e contratos:
  - IV.a) Frustrar ou fraudar o caráter competitivo do certame;
  - IV.b) Impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato do procedimento licitatório;
  - IV.c) Afastar ou tentar afastar licitante por meio de fraude ou oferecimento de vantagem;
  - IV.d) Fraudar licitação pública ou contrato decorrente;
  - IV.e) Criar pessoa jurídica irregular ou fraudulenta para participar de licitação;
  - IV.f) Obter vantagem indevida em modificações ou prorrogações de contratos;
  - IV.g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos com a administração pública;
- V) Dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos públicos.

12.4. Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar, com garantia de ampla defesa e contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, informando as ocorrências ao Cadastro Unificado de Fornecedores.

12.5. A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é responsável por aplicar as penalidades previstas.

12.6. A penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade se estenderá a:

- I) Pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica;
- II) Pessoas jurídicas com sócios comuns às mencionadas no item anterior.

12.7. Na aplicação das sanções, a Administração observará:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- I) Proporcionalidade entre sanção, gravidade da infração e valor econômico da contratação;
- II) Danos resultantes da infração;
- III) Situação econômico-financeira do sancionado, considerando a capacidade de gerar receitas, em caso de multa;
- IV) Reincidência;
- V) Circunstâncias agravantes ou atenuantes da infração.

12.8. Nos casos não previstos no edital, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9. Além das sanções administrativas, a responsabilização civil de pessoas jurídicas por atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, também será aplicada conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

12.10. Quaisquer penalidades serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

12.11. Todas as penalidades previstas neste instrumento serão aplicadas mediante prévia instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

## 13. DO PRAZO DE PAGAMENTO

13.1. A Prefeitura Municipal de Rolândia, APÓS O ATESTE DO FISCAL RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS MATERIAIS NA NOTA FISCAL, realizará o pagamento em até 30 dias.

13.2. A ADJUDICATÁRIA deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município. A ausência da manutenção das certidões quando do processo licitatório, ensejará em notificação ao fornecedor, podendo ocorrer a rescisão entre as partes.

13.3. A ADJUDICATÁRIA deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

13.4. Na ocorrência de suspensão de pagamento devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta deste termo.

13.5. A ADJUDICATÁRIA deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, podendo não ocorrer o pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

13.6. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

13.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:







# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.8. O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e posteriormente aplicadas as sanções.

## 14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 14.1. Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência do presente Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
- 14.2. É vedada a detentora do Instrumento hábil de formalização da contratação, interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Instrumento hábil de formalização da contratação.
- 14.3. A Administração poderá revisar os preços registrados, nesta ata, a fim de verificar a vantajosidade, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução ou elevação dos preços praticados no mercado e poderão ser revistos, cabendo à Administração promover as negociações junto aos fornecedores.
- 14.4. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
- 14.5. Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
- 14.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 14.7. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 14.8. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 14.9. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, respeitadas as condições de prestação dos preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.







# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- 14.10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 14.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá proceder à revogação deste Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 14.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
- 14.13. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
- 14.14. Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.

## 15. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 15.1. É obrigação do Detentor do Instrumento hábil de formalização da contratação:
- I. Custos de tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais;
  - II. Custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, assim definido na Norma Tributária.
- 15.2. O Detentor do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente deve levar em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, no total ou em parte.
- 16.2. É vedada a subcontratação para a entrega de Produtos e bens.

## 17. DA PRORROGAÇÃO

- 17.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de homologação do certame, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84, caput, da Lei nº 14.133/2021, e art. 55 do Decreto Municipal nº 388/2024.
- 17.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, nos termos da legislação vigente, desde que atendidas as seguintes condições:
- a. manutenção das condições vantajosas para a Administração;
  - b. manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
  - c. necessidade administrativa devidamente justificada;
  - d. avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador e pelo órgão participante, quando for o caso.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

17.3. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo, para mais ou para menos, em decorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado, nos termos do art. 82, §5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

17.3.1. Antes do transcurso do prazo anual, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, poderá ser solicitado o reequilíbrio dos preços registrados, mediante apresentação de justificativa técnica e documentos comprobatórios, podendo resultar em revisão da Ata, aplicação de glosa, aditamento ou outras providências cabíveis.

17.4. O índice de reajuste de referência será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, salvo se houver outro índice mais apropriado indicado no Termo de Referência.

17.5. O pedido de revisão ou reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a documentação pertinente, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º (décimo terceiro) mês, contado da data da apresentação da proposta ou da assinatura da ata, o que ocorrer primeiro, condicionada à disponibilidade orçamentária e à autorização prévia da Administração.

17.6. A ausência de manifestação tempestiva do fornecedor quanto ao reajuste será interpretada como concordância tácita com a manutenção dos preços registrados, sem prejuízo da possibilidade de posterior solicitação de revisão, desde que observados os requisitos legais.

17.7. A Administração poderá recusar o pedido de reajuste ou revisão dos preços registrados, mediante decisão motivada, especialmente nas hipóteses de perda da vantajosidade, inviabilidade orçamentária ou por razões de interesse público devidamente justificadas.

## 18. DA RESCISÃO

18.1. O Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente poderá ser rescindido, no todo ou em parte, de pleno direito:

I. Pelo Município de Rolândia em despacho fundamentado:

- a) Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
- b) Quando o fornecedor não assinar o termo contratual no prazo estabelecido;
- c) Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa;
- d) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Instrumento hábil de formalização da contratação, nas hipóteses previstas na legislação vigente;
- e) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste Instrumento hábil de formalização da contratação;
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado
- g) Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II. Pelo fornecedor:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
- b) Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 137, da lei 14.133/21.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

## 19. DA GESTÃO DO CICLO DE VIDA E LOGÍSTICA REVERSA

- 19.1. A contratada deverá assegurar a adequada gestão do ciclo de vida do objeto, incluindo a possibilidade de manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia e a destinação ambientalmente adequada ao final de sua vida útil, mediante sistema de logística reversa, sem ônus adicional para a Administração, nos termos da Lei nº 12.305/2010 e art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. Valores para a proposta corrigida deverão ser lineares em todos os itens do lote.
- 20.2. Todos os itens na tabela de descritivos e preços são especificações mínimas, podendo ser cotados itens iguais ou superiores aos descritivos.
- 20.3. A empresa deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 20.4. Nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para regularização da documentação fiscal, quando houver alguma restrição que impeça a contratação.
- 20.5. A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê a lei 14.133/21.

Rolândia - PR, 25de maio do ano de 2026.

Aline Brend Alves de Assis

Nome e assinatura do servidor solicitante

CONFIRMO e AUTORIZO A ABERTURA DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

Michele da SilvaPereira

Nome, assinatura e autorização do secretário da pasta.

